

USO DE DADOS E EVIDÊNCIAS PARA SUBSIDIAR A TOMADA DE DECISÃO NA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Linha temática: Fatores, tipos e perfis associados ao abandono – Prática

GRASSI, Giovanni, Universidade do Distrito Federal (UnDF), giovanni.grassi@undf.edu.br
COTTA, Michelle Guitton, Universidade do Distrito Federal (UnDF), michelle.cotta@undf.edu.br
SANTOS, Letícia de Souza, Universidade do Distrito Federal (UnDF), leticia.ssantos@undf.edu.br
LOUZADA-SILVA, Daniel, Universidade do Distrito Federal (UnDF), daniel.louzada@undf.edu.br

Resumo

A expansão da oferta de vagas na Educação Superior tem sido acompanhada por progressiva diferenciação na população estudantil, de modo que grupos socioeconômicos e étnicos tradicionalmente excluídos estão hoje presentes na universidade. Em 2021, a Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes (UnDF) foi criada como instituição de Educação Superior pública distrital e *multicampi*. O objetivo deste trabalho é apresentar como se deu a estruturação da Política de Assistência Estudantil (PAE) da UnDF a partir da análise de dados socioeconômicos de estudantes de Ensino Superior do Distrito Federal para a promoção da permanência estudantil. Em março de 2023, foi publicada a primeira PAE da UnDF, estruturada em quatro eixos estratégicos que consideram a Assistência Prioritária; Promoção e Prevenção; Apoio e Acompanhamento; e Inclusão e Cidadania. Com vistas à redução das desigualdades e promoção da inclusão social na UnDF, inicialmente fomentou-se o eixo de Assistência Prioritária por meio da estruturação da oferta de auxílios com vistas à promoção da permanência estudantil, principalmente para aqueles estudantes em condições de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Palavras-chaves: Assistência estudantil, Política de permanência, Análise socioeconômica, Estatísticas educacionais, Universidade do Distrito Federal.

Introdução:

A expansão da oferta do número de vagas na Educação Superior (ES) em diversos países tem sido acompanhada por progressiva diferenciação na população estudantil, de modo que grupos socioeconômicos e étnicos tradicionalmente excluídos estão hoje cada vez mais presentes no ambiente universitário. Nesse sentido, as discussões sobre a permanência estudantil com enfoque na inclusão social na ES têm se intensificado. A decisão sobre a permanência no curso, o desempenho acadêmico e o próprio desenvolvimento psicossocial dos estudantes universitários são afetados por fatores contextuais, pessoais, relacionais e acadêmicos.

Ao considerar o contexto do ingresso dos estudantes na educação superior, é importante destacar que as condições de acesso e possibilidade de conclusão desde o Ensino Médio (EM) se processam de forma desigual no Brasil. A desigualdade territorial fica evidente ao se comparar a situação dos estados com maior e menor percentual de pessoas, ao menos, com o EM. De um lado, Amazonas (60.3%), Amapá (61.1%), Roraima (65.5%), Rio de Janeiro (65.8%), São Paulo (67.4%) e Distrito Federal (72.3%) apresentavam mais de 60% de sua população de 19 a 70 anos com o EM; de outro lado, Bahia (50.1%), Rondônia (50.2%), Ceará (51.2%), Rio Grande do Norte (51.5%), Maranhão (52.8%), Pará (52.9%), Sergipe (54.8%), Piauí (55.3%), Alagoas (55.9%) e Paraíba (56.6%) tinham



mais de 50% da referida população sem o EM completo. É notório que os recursos para o exercício efetivo da cidadania não alcançam todos os sujeitos e se espalham de forma muito diferenciada no Brasil (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023).

Ademais, é importante destacar que o acesso ao EM reflete e se associa às desigualdades de raça/cor que, no Brasil, possuem relações estruturais com a pobreza e a exclusão educacional. Como ocorre em diversos outros indicadores educacionais, o percentual de pretos, pardos e indígenas que não frequentam a escola e que possuem o EM é bem inferior ao registrado entre brancos e amarelos. Em 2022, considerando o grupo de 19 a 70 anos que não frequentava a escola, entre os brancos 64,5% possuíam o EM, entre os pretos 52.1%, para os pardos 50% e no grupo indígena o percentual era de 49.2%, quase 15 p.p. inferior aos brancos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023).

Ressalta-se que as questões relacionadas à área de residência, ao nível socioeconômico e ao nível educacional dos pais são fatores do contexto familiar que têm influência para o estudante evadir ou permanecer na ES, sendo possível relacionar a evasão à necessidade de ajuda financeira. O critério de vulnerabilidade de renda definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considera que as pessoas estão abaixo da linha da pobreza quando a renda domiciliar *per capita* é inferior a meio salário mínimo (SM). No Distrito Federal (DF), 58.5% das pessoas em situação de pobreza estão em condição de insegurança alimentar (IA). O Decreto Federal nº 10.852/2021, que regulamenta o Auxílio Brasil, define que a pessoa está abaixo da linha da pobreza pelo critério de vulnerabilidade de renda, isto é, se ela reside em um domicílio com renda familiar *per capita* menor ou igual a R\$ 200.00 (duzentos reais).

Pesquisa realizada pela Companhia de Planejamento (CODEPLAN) apresenta o panorama de segurança alimentar (SA) do DF a partir de dados coletados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2021. Nas regiões administrativas (RAs) consideradas de alta renda do DF como Águas Claras, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Park Way, Plano Piloto e Sudoeste/Octogonal, cuja renda domiciliar média era de R\$ 15 mil, cerca de 96% dos domicílios e moradores estavam em SA. Por outro lado, nas RAs de baixa renda, tais como Brazlândia, Fercal, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, Sol Nascente/Pôr do Sol, São Sebastião, SCIA/Estrutural e Varjão, cuja renda era de R\$ 2.800, esse percentual está em torno de 64% dos domicílios e 62% dos moradores. Os resultados evidenciam que 21% dos domicílios do DF estão em situação de IA. No que diz respeito à renda, a classe 'A' concentra a maior porcentagem de domicílios em SA (96.7%), sendo essa proporção decrescente na medida em que a renda média domiciliar diminui, atingindo 54.2% nas classes 'D' e 'E'. A maior prevalência de IA acontece em domicílios com configurações do tipo arranjo monoparental feminino. Destaca-se ainda que 41.9% dos domicílios com pessoas com deficiência (PCD), estão em algum grau de IA (leve, moderada ou grave). No que concerne à SA dos moradores, 24.57% das pessoas do DF estão em algum grau de IA. Desses, 30.4% das mulheres negras do DF residem em domicílios com algum grau de IA e nutricional. No DF, 57.2% das pessoas em situação de pobreza estão em IA.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988 fortaleceu-se no Brasil ações de promoção da inclusão social e da igualdade de oportunidades para a permanência de estudantes na universidade. No início dos anos 2000, órgãos públicos e sociedade civil manifestaram-se a favor de uma ampla política de assistência ao estudante universitário, para além da democratização do acesso (Andrade & Teixeira, 2017). Neste contexto, nos anos pós-constituintes foram criados os programas de expansão das universidades e consequentemente houve aumento de vagas, e programas especiais de acesso. Além disso, houve a conquista de ações afirmativas ao que diz respeito ao sistema de cotas para negros, alunos provenientes de escolas públicas e PCDs. Todavia,



tais mecanismos não garantem a permanência estudantil na ES, surgindo as demandas por políticas que preconizam o acesso, a permanência e o êxito na ES.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) visa promover a inclusão social, democratizar as condições de permanência dos estudantes matriculados e reduzir as taxas de retenção e evasão e o baixo desempenho em universidades federais, indicando dez áreas de intervenção (Brasil, 2007; 2010). O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas e estratégias para aprimorar a educação no Brasil até 2024. Se o foco do primeiro PNE foi no aumento das vagas e o do segundo foi na expansão das matrículas, o foco do terceiro PNE deve ser no aumento do número de concluintes, com uma oferta de vagas orientada ao equilíbrio e à eficiência do sistema. O Plano Distrital de Educação (PDE) constitui a principal referência para o planejamento das políticas educacionais distritais entre 2015 e 2024. A Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) (DISTRITO FEDERAL (DF), 1993), apregoa em seu art. 240 a necessidade do poder público de criar o seu próprio sistema de ES, articulado com os demais níveis. Nesse contexto, a UnDF, legalmente prevista desde a década de 1990, foi finalmente criada a partir da sanção da Lei Complementar nº 987/2021 (DISTRITO FEDERAL (DF), 2021) e do Decreto nº 42.333/2021 vinculada a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

O Estatuto e o Regimento da UnDF, ambos publicados em 2022, preveem a criação de uma Política de Assistência Estudantil (PAE), sendo que o Regimento refere-se à oferta de “serviços relacionados à qualidade de vida de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de mantê-los na instituição até a conclusão de seus estudos e de combater situações de repetência e evasão” (Distrito Federal, 2022). O Estatuto da UnDF, prevê, em seu art. 6º, inciso IX, como atribuição da universidade elaborar e implementar a PAE, a ser normatizado pelo Regimento Geral. Ressalta-se no artº 7 inciso VIII que está previsto dentre as diretrizes da UnDF “ VIII - a oferta de programa de permanência estudantil, bem como prestação de serviços e demais atividades afins, com ações especiais que objetivem a expansão do ensino, da pesquisa e da cultura, com vista ao processo de geração de empregos e inovação” e “XII - democratização do acesso à Educação Superior pública, gratuita e de qualidade, por meio da implementação de cotas raciais e sociais para ingresso em cursos de graduação ofertados pela UnDF, conforme legislações específicas”.

Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho foi estruturar a PAE da UnDF com base em análise de dados públicos e evidências para promoção da permanência estudantil para os futuros estudantes com perfis socioeconomicamente vulneráveis.

Metodologia

A fim de realizar o acompanhamento de flutuações trimestrais e a evolução de indicadores de desenvolvimento socioeconômico do país, o governo brasileiro realiza, por meio do IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) desde 2011, que tem como unidade de investigação o domicílio. A pesquisa é realizada em todo o território nacional e desde sua implantação o número de indicadores levantados é ampliado.

Os dados oficiais, denominados "microdados", são disponibilizados no *site* oficial do IBGE e são abertos, podendo ser consultados sem restrições. As descrições e análises estatísticas da amostra do terceiro trimestre de 2022 eram os dados mais recentes à época das primeiras análises quantitativas para subsidiar a elaboração da PAE da UnDF. Por se tratar de indicadores amostrais, apresentam-se os resultados em percentuais em detrimento dos números absolutos.

Da mesma forma que a PNADc, o IBGE também disponibiliza os microdados do Censo da Educação Superior (CenSup), que é o levantamento estatístico mais completo do Brasil realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Nesse caso, o objetivo é coletar informações detalhadas sobre as instituições de ES, cursos,



docentes e discentes do país, oferecendo informações estatísticas confiáveis que permitam conhecer e acompanhar o sistema brasileiro de ES, além de subsidiar a elaboração e avaliação de políticas públicas (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018). Para a realização da presente pesquisa quantitativa, que utilizou dados da PNADc e do CenSup, foi realizada uma seleção criteriosa das variáveis relevantes para o objetivo da pesquisa, como as apresentadas na Tabela 1, além de variáveis como "Curso que frequenta = graduação - superior", "UF = Distrito Federal" e "Rendimentos habituais das pessoas com 14 anos de idade ou mais" para o cálculo da renda domiciliar *per capita* (RDPC). Foi realizada a limpeza e organização dos dados, com aplicação de técnicas de ETL (extração, transformação e carregamento, do inglês *extract, transform and load*) para o tratamento de dados. Na etapa de análise propriamente dita, foram empregados métodos estatísticos, como análise descritiva e de tendências, explorando padrões e identificando correlações e inferências de relações de causa e efeito.

As interpretações dos resultados foram fundamentadas em ferramentas de tratamentos estatísticos (R Core Team, 2022), enriquecendo a compreensão das dinâmicas e desafios do sistema de ES do DF e proporcionando *insights* relevantes para o aprimoramento das políticas públicas educacionais e práticas institucionais.

Resultados

A partir dos microdados do CenSup (2018), verificou-se que o Brasil possuía 12.043.993 estudantes de ES e o DF, 250.453 estudantes, o que representa aproximadamente 2.08% do total, e apenas 2.15% dos estudantes do DF recebem algum tipo de apoio social. No Brasil, 2.80% dos estudantes da ES, sejam eles de instituições públicas ou privadas, recebem auxílio alimentação. No DF, apenas 1.25% recebem. Em termos de assistência moradia, a média nacional é de 0.47% e no DF essa modalidade representa 0.24%, ou seja, 57.4% abaixo da média nacional, praticamente a metade da média das outras unidades da federação. Quanto à assistência estudantil na modalidade transporte, apenas 0.46% dos estudantes da ES do DF recebem algum tipo de auxílio. Esse número pode ser baixo por haver gratuidade de transporte público para estudantes no DF.

Com base nos microdados da PNADc (2022), constatou-se que 11.34% do total da população do DF está compreendida na faixa etária de 18 e 24 anos, enquanto as demais idades representam 88.66% do total da população do DF. No que diz respeito à população de 18 a 24 anos de idade, a ES completa sendo o nível de instrução mais elevado alcançado é representado por 8.4%, enquanto 26% apresentam ES incompleta ou equivalente. Além disso, 44.3% concluíram o EM ou possuem nível equivalente, enquanto 11.6% têm o EM incompleto. O Ensino Fundamental (EF) completo ou equivalente é representado por 5.1% da população nessa faixa etária, enquanto 4.5% possuem EF incompleto. Por fim, uma pequena parcela de 0.2% da população de 18 a 24 anos de idade, não possui instrução formal ou estudou por menos de 1 ano. Esses resultados são fundamentais para a elaboração das políticas públicas com vistas a otimizar o acesso à educação nessa região do Brasil, fornecem ainda uma perspectiva da situação educacional das pessoas dessa faixa etária, no DF.

Em termos de SM da população de 18 a 24 anos de idade do DF com EM (ou equivalente) completo, por faixas de renda, observa-se que a maior concentração de jovens vivem na faixa de 0.5 a 1 SM, com 39.2% dessa amostra populacional, seguida por 37.3% com renda entre 1 e 2 SM. Dessa amostra, 13.8% vive com renda de 0 a 0.5 SM e 6.5% de 2 a 3 SM, enquanto 1,9% vive com renda compreendida entre 3 e 5 SM. As menores concentrações ocorrem nas faixas de renda de 5 a 10 SM - 0.8% e 10 a 20 SM - 0.4%. Nessas estatísticas foram considerados apenas aqueles que informaram renda e não foi considerado o número de ocupantes no domicílio.

Ainda segundo os dados da PNADc, há duas informações de rendimento: a efetiva e a habitual. Devido à variabilidade dos rendimentos do trabalho, a separação de renda foi feita nessas duas



variáveis distintas. O rendimento habitual leva em conta a média informada pelo respondente, pois ela pode ser zero em um ou mais meses e depois tomar valores elevados. Esse tipo de rendimento carrega informações sobre as pessoas que trabalham por conta própria e aqueles que não possuem vínculo formal (carteira de trabalho) em seu local de trabalho.

Além disso, a Pesquisa capta dados de rendimento de trabalhadores que possuem duas ou mais atividades e, ao final, é possível calcular o rendimento total de todos os trabalhos. A partir do rendimento habitual de todos os moradores de um domicílio, é possível calcular a RDPC em um domicílio. Para essa amostra populacional, que compreende a faixa etária de 18 a 24 anos de idade, com nível de instrução mais elevado alcançado igual ao EM completo ou equivalente, foi possível calcular o percentual de domicílios com RDPC inferior a 1.5 SM, e estes domicílios representam 96.9% do total.

Estudantes da ES do DF com RDPC < 1.5 SM

Considerando todos os estudantes matriculados em cursos superiores de graduação no DF, independentemente de suas idades, observamos que 83.8% dos domicílios que têm pelo menos uma pessoa em atividade laboral remunerada possuem renda domiciliar *per capita* RDPC inferior a 1.5 SM. Esses estudantes residem em domicílios com até 8 pessoas (2.6% do total), sendo que 0.6% moram sozinhos e a maioria (33.9%) vive em domicílios com 4 pessoas.

A proporção de sexo entre esses estudantes é de 41.4% do sexo masculino e 58.6% do sexo feminino. Em relação à faixa etária, 62.8% deles têm entre 18 e 24 anos. Além disso, 10.1% deste grupo já concluiu outro curso de graduação e impressionantes 96.7% estão trabalhando ou realizando estágio remunerado. Destaca-se que 3.1% estão empregados em dois locais distintos. Esses números refletem a situação dos estudantes em situação econômica desafiadora e destacam a importância do acesso à educação e do emprego remunerado para garantir melhores condições de vida para eles e suas famílias.

Dentre os estudantes que trabalham, 70.5% são empregados do setor privado, 13.1% trabalham por conta própria, 11.3% no setor público, incluindo empresas de economia mista, 2.4% são militares, 2.4% são trabalhadores domésticos e 0.3% são empregadores. Do grupo de trabalhadores domésticos, 12.5% prestam serviço doméstico em mais de um domicílio. O percentual dos estudantes da ES no DF com RDPC inferior a 1.5 SM que não têm carteira assinada é de 39.5% e que contribuem com instituto de previdência é apenas 21.3%.

Com o intuito de melhor caracterização do estudante da ES do DF de baixa renda, separamos os estudantes cuja renda domiciliar *per capita* seja inferior a 1.5 SM em quintis de renda (Q1 a Q5), onde a RDPC de Q1 é a menor e a RDPC de Q5 é a maior (Tabela 1). O estudo analisou as condições socioeconômicas, tendo como foco principal a RDPC e sua relação com essas condições socioeconômicas.

Os resultados revelam uma clara disparidade entre os diferentes quintis. O primeiro quintil (Q1), representando aqueles com a menor RDPC, apresentou uma média de 4.4 pessoas por domicílio. Esse grupo, com a menor capacidade financeira entre os estudantes, mostra que há um número relativamente maior de pessoas compartilhando o mesmo espaço habitacional. Isso pode ser um reflexo das dificuldades financeiras enfrentadas por esses estudantes, levando a uma necessidade de otimizar os recursos domésticos, inclusive a moradia.

A análise dos dados ressalta a clara relação entre a renda domiciliar *per capita* e o número de pessoas nos domicílios dos estudantes da ES no DF. À medida que a RDPC aumenta, observa-se uma tendência de diminuição no número médio de pessoas por domicílio, indicando uma melhoria progressiva das condições socioeconômicas dos estudantes e suas famílias. Isso ressalta a importância de políticas e programas que visem a redução das desigualdades socioeconômicas,



garantindo igualdade de acesso a oportunidades educacionais e melhores condições de vida para todos os estudantes.

Tabela 1 - Informações socioeconômicas dos estudantes da Educação Superior no Distrito Federal que vivem em domicílios com RDPC inferior a 1.5 salários mínimos por quintil (Q) de RDPC.

Variável	Categoria	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5
Sexo	Masculino	37.3%	37.3%	43.2%	50.9%	39.1%
	Feminino	62.7%	62.7%	56.8%	49.1%	60.9%
Idade	idade correta (18 a 24 anos)	80.6%	76.1%	59.3%	54.4%	42.2%
Cor ou raça	Branca	41.8%	35.8%	39.5%	43.9%	35.9%
	Indígena	-	-	1.2%	-	1.6%
	Parda	43.3%	49.3%	46.9%	35.1%	42.2%
	Preta	14.9%	11.9%	12.4%	17.5%	20.3%
	Amarela	-	3.0%	-	3.5%	-
Outra graduação	Sim	6.0%	1.5%	7.4%	14.0%	23.4%
Atividade remunerada	Sim	95.5%	98.5%	97.5%	96.5%	95.3%
Quantidade de trabalhos	Mais de um	-	3.0%	2.5%	5.3%	4.7%
Condição no trabalho	Conta própria	17.9%	9.0%	9.9%	21.1%	9.4%
	Setor privado	61.2%	73.1%	82.7%	66.7%	65.6%
	Setor público	19.4%	13.4%	6.2%	5.3%	12.5%
	Trabalhador doméstico	1.5%	3.0%	1.2%	-	6.3%
	Militar	-	1.5%	-	5.3%	6.3%
	Empregador	-	-	-	1.8%	-
Serviço doméstico em mais de um domicílio	Sim	-	-	-	-	25.0%
Carteira assinada	Não	69.1%	51.7%	26.0%	27.5%	20.8%
Contribuinte de instituto de previdência	Não	90.0%	81.6%	77.8%	62.5%	64.7%

A maioria dos estudantes é do sexo feminino em todos os quintis de renda, exceto no quarto quintil (Q4), onde há uma ligeira maioria masculina (50.9%). Nos demais quintis, a proporção de mulheres é significativamente maior, variando de 56.8% a 62.7%. Isso pode indicar uma possível tendência de maior representatividade feminina em grupos de menor renda.

A análise da variável "Idade" nos quintis de renda mostra que a maioria dos estudantes da ES no DF, independentemente do quintil de renda, está na faixa etária correta de 18 a 24 anos. No entanto, à medida que a renda aumenta, a proporção de estudantes nessa faixa etária tende a diminuir, indicando uma maior diversidade de idades entre os estudantes de renda mais alta. Isso pode refletir diferentes trajetórias educacionais e a capacidade de adiar ou retornar à ES ao longo do tempo, dependendo das condições financeiras.

A cor ou raça dos estudantes também apresenta variações significativas entre os quintis. A maioria dos estudantes se identifica como pardos, especialmente nos quintis mais baixos (35.1% a 49.3%). A representatividade de estudantes brancos diminui à medida que a renda diminui, enquanto a proporção de estudantes pretos aumenta em quintis de renda mais baixa (11.9% a 20.3%). Enquanto a população parda está bem representada em todos os níveis de renda, a representação de outras categorias raciais pode variar e apresentar diferentes padrões em relação à renda. Isso denota a importância de garantir a igualdade de oportunidades educacionais para todos os grupos raciais,



independentemente das condições socioeconômicas. A porcentagem de estudantes que já possuem outra graduação é maior nos quintis de renda mais elevada (14.0% a 23.4%), sugerindo que indivíduos com maior capacidade financeira têm mais recursos para buscar uma segunda graduação. O primeiro quintil indica que, mesmo em condições financeiras desafiadoras, uma pequena proporção de estudantes optou por buscar um segundo diploma.

A grande maioria dos estudantes possui atividades remuneradas em todos os quintis (95.3% a 98.5%), indicando uma necessidade de trabalho para complementar a renda familiar e arcar com os custos da educação. A necessidade de equilibrar o estudo com o trabalho é uma realidade compartilhada por estudantes de diferentes contextos econômicos, refletindo a complexa interação entre acesso à educação e desafios financeiros.

A porcentagem de estudantes com mais de um trabalho aumenta à medida que a renda diminui, chegando a 5.3% no quarto quintil (Q4). Isso sugere que os estudantes de baixa renda podem estar se esforçando para equilibrar múltiplas atividades de trabalho.

Os estudantes que trabalham como empregados do setor privado representam a maioria em todos os quintis de renda (65.6% a 82.7%). Nos quintis de renda mais baixa, há uma proporção significativa de estudantes que trabalham por conta própria (17.9% a 21.1%), indicando uma busca por oportunidades de trabalho autônomo.

A proporção de estudantes com carteira assinada diminui à medida que a renda diminui, chegando a 20.8% no quinto quintil (Q5), sugerindo que a formalização do emprego é mais rara entre estudantes de baixa renda. A falta de emprego formal é predominante entre estudantes de baixa renda e a estabilidade e as proteções oferecidas pelo emprego formal podem estar mais disponíveis para estudantes com maior capacidade financeira. A falta de acesso ao emprego formal pode representar um desafio adicional para os estudantes de baixa renda, que podem enfrentar maior vulnerabilidade no mercado de trabalho.

A análise das variáveis revela que a RDPC tem um impacto significativo nas características dos estudantes da ES no DF. Diferentes aspectos, como sexo, idade, cor ou raça e condições de trabalho, variam de acordo com a renda, destacando as desigualdades socioeconômicas que podem influenciar a experiência acadêmica e de vida desses estudantes.

Conclusão

A situação dos estudantes de baixa renda é desafiadora e reflete desigualdades socioeconômicas expressivas, pois enfrentam restrições significativas inversamente proporcionais à RDPC, tanto na qualidade de vida como no acesso à educação em particular. A partir das análises, concluiu-se que uma parcela significativa (80%) dos estudantes de 18 a 24 anos, cuja RDPC é inferior a 1.5 SM, vive em domicílios com essa condição, evidenciando a necessidade de equilíbrio entre trabalho e estudo, pois a maioria exerce atividades remuneradas. A falta de emprego formal e a necessidade de múltiplos empregos são desafios adicionais, especialmente entre os estudantes dessa parcela.

Dessa sub amostra, a maioria dos estudantes é do sexo feminino em todos os quintis de renda, com exceção do quarto quintil (Q4), que apresenta uma ligeira maioria masculina (50.9%), enquanto nos outros quintis, a proporção de mulheres é significativamente maior, variando de 56.8% a 62.7%. A maioria dos estudantes é parda nos quintis de renda mais baixa, enquanto a proporção de brancos diminui, e a de pretos aumenta. A igualdade de oportunidades é essencial. Estudantes com outra graduação são mais comuns nos quintis de renda mais alta.

Diante desse cenário, políticas públicas estruturadas, eficazes e eficientes são essenciais para o desenvolvimento da nação, e no que diz respeito às políticas públicas educacionais, trata-se de pilar essencial uma vez que resultam em cidadãos críticos, conscientes e aptos à transformação da sociedade. As análises demonstram a existência de desigualdades socioeconômicas entre os



estudantes da ES no DF por faixa de renda com variações significativas no número de pessoas por domicílio, sexo, idade e etnia. A maioria dos estudantes trabalha para complementar a renda familiar e arcar com os custos da educação, sendo uma realidade compartilhada por estudantes de diferentes contextos econômicos, idades e localidades.

A assistência estudantil pode contribuir para a redução dessas desigualdades no contexto universitário (Araújo et al., 2019) e para além das fronteiras institucionais. O auxílio financeiro pode fornecer maiores condições para que os estudantes possam se dedicar ao estudo e reduzir a necessidade do trabalho excessivo ou informal (Abreu & Ximenes, 2021), criando um ambiente mais propício para o desenvolvimento acadêmico e pessoal. Tais aspectos socioculturais estão relacionados à integração social no meio acadêmico e levam os estudantes assistidos a se sentirem pertencentes e inclusos.

A assistência estudantil direta pode favorecer a democratização do acesso para estudantes de baixa renda, atenuando as barreiras econômicas, conforme, por exemplo, evidenciado na Universidade de Brasília (UnB) (Costa de Sant'Anna & Moreira, 2019). De forma indireta, também pode contribuir para a igualdade de oportunidades educacionais para diversos grupos étnicos raciais e de sexo (Barreto, 2014), apoiando as oportunidades de estudo e promovendo a inclusão e a diversidade no âmbito acadêmico.

Referências

- Abreu, M. K. D. A., & Ximenes, V. M. (2021). Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. *Psicologia USP*, 32, e200067.
- Andrade, A. M. J. de & Teixeira, M. A. P. (2017). Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (Campinas)**, 22(2), 512–528. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200014>
- Araújo, S. A. D. L., Andriola, W. B., Cavalcante, S. M. D. A., & Chagas, D. M. M. (2019). Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 24, 722-743.
- Barreto, A. (2014). A mulher no ensino superior - distribuição e representatividade. *Cadernos do GEA*, 6
- Brasil (2007). Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**, (Brasília), 13 dez. 2007. Seção 1, p. 39.
- Brasil (2010). Presidência da República . Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**, (Brasília), 20 jul. 2010. Seção 1, p. 5.
- Costa de Sant'Anna, M., & Moreira, G. E. (2019). Caracterização da política de assistência estudantil: um enfoque na Universidade de Brasília. *Revista Ciências Humanas*, 12(3). <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2019.v12.n3.a540>
- Distrito Federal. (1993). Lei Orgânica do Distrito Federal de 8 de junho de 1993.
- Distrito Federal. (2021). Lei Complementar nº 987 de 26 de julho de 2021.
- Distrito Federal, UnDF (2022). Regimento Geral. <http://www.universidade.df.gov.br/regimento-geral/>.
- Distrito Federal, UnDF (2023). Política de Humanização. <https://www.universidade.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2023/06/Politica-de-Humanizacao-da-UnDF.pdf>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). Nota Técnica: Sobre a composição da variável renda domiciliar per capita utilizada na construção e análise da distribuição dos rendimentos na PNAD Contínua (Rio de Janeiro), IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Terceiro Trimestre.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018). Censo da Educação Superior.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2023). Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais.
- R Core Team (2022). **R**: [Language and environment for statistical computing]. R Foundation for Statistical Computing, Vienna. Disponível em: <https://www.R-project.org>.

